

Licitações

P.E. 01/2022
31/05/2022
98

De: Ricardo - F & F <compras@ffmed.com.br>
Enviado em: terça-feira, 31 de maio de 2022 10:16
Para: 'Licitações'
Assunto: RES: Solicitação de Realinhamento de Preços - Pregão 01/2022.

Imagina, eu que agradeço pela atenção.

Att.

Ricardo Caldart
F&F Distribuidora de Medicamentos
(46) 2604 0154 / (46) 99106 9161
Skype: ricardocaldart

Geisiane dos Santos Araújo
Técnico Administrativo
CIOP
31/05/2022

-----Mensagem original-----

De: Licitações <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br> Enviada em: terça-feira, 31 de maio de 2022 10:12
Para: 'Ricardo - F & F' <compras@ffmed.com.br>
Assunto: RES: Solicitação de Realinhamento de Preços - Pregão 01/2022.

Bom dia,

Reenviei vossa solicitação ao nosso jurídico para análise e emissão de novo parecer.
Peço desculpas pelo equívoco.

Att.,
Geisiane Araújo
Setor de Compras, Licitações e Contratos Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP
Fone: (18)3223-1116

-----Mensagem original-----

De: Ricardo - F & F [mailto:compras@ffmed.com.br] Enviada em: terça-feira, 31 de maio de 2022 10:02
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: ENC: Solicitação de Realinhamento de Preços - Pregão 01/2022.

Bom dia Geisiane,

Chegaram a verificar sobre o que repassei da desistência?
Até anexeii o outro consórcio que fornecemos aí em SP, com um fundamento totalmente diferente, e como repassei, só informamos o aumento, nada sobre COVID.

Fico no aguardo e agradeço desde já.

Att.

Ricardo Caldart
F&F Distribuidora de Medicamentos
(46) 2604 0154 / (46) 99106 9161
Skype: ricardocaldart

3.490
g

-----Mensagem original-----

De: Ricardo - F & F <compras@ffmed.com.br> Enviada em: quarta-feira, 25 de maio de 2022 15:18
Para: 'licitacaocompra@ciop.sp.gov.br' <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>
Assunto: ENC: Solicitação de Realinhamento de Preços - Pregão 01/2022.

Boa tarde Geisiane,

Não sei se é um documento padrão para análise geral dos pedidos de realinhamento dos distribuidores, mas não alegamos nada sobre COVID, é simplesmente o aumento de preços do item, só isso, com as notas comprovando o aumento.

Mas de qualquer forma, conforme alínea "V" do nosso ofício, há como então acatar nosso pedido de desistência? Pois a manutenção deste preço no atendimento de todos os municípios causa grandes prejuízos, uma vez que nosso preço se tornou inexecutível.

Fico no aguardo e agradeço desde já pela atenção.

Att.

Ricardo Caldart
F&F Distribuidora de Medicamentos
(46) 2604 0154 / (46) 99106 9161
Skype: ricardocaldart

-----Mensagem original-----

De: Licitações <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br> Enviada em: quarta-feira, 25 de maio de 2022 15:00
Para: 'Ricardo - F & F' <compras@ffmed.com.br>
Assunto: RES: Solicitação de Realinhamento de Preços - Pregão 01/2022.

Boa tarde,

Segue decisão para conhecimento.

Att.,

Geisiane Araújo

Setor de Compras, Licitações e Contratos Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP
Fone: (18)3223-1116

-----Mensagem original-----

De: Ricardo - F & F [mailto:compras@ffmed.com.br] Enviada em: sexta-feira, 6 de maio de 2022 16:25
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: Solicitação de Realinhamento de Preços - Pregão 01/2022.

Boa tarde,

Segue pedido de realinhamento de preços para a licitação supracitada, referente ao item ROSUVASTATINA 20MG.

Caso não seja o responsável e puder encaminhar ao setor deste agradeço.
Em anexo ofício sobre o pedido e NOTAS FISCAIS para comprovação dos fatos.

Fico no aguardo do parecer e qualquer dúvida fico a disposição.

Att.

Ricardo Caldart
F&F Distribuidora de Medicamentos
(46) 2604 0154 / (46) 99106 9161
Skype: ricardocaldart

3.491
ag

OFÍCIO Nº 1348/2022

Pato Branco – PR, 06 de maio de 2022.

AO
CIOP
Departamento de Compras/Licitação
PRESIDENTE PRUDENTE - SP

REALINHAMENTO DE PREÇOS

Ref.: Pregão nº 01/2022.

A empresa F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 28.093.678/0001-85, sediada na cidade de Pato Branco, estado do Paraná, representada neste ato por seu representante legal, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, visando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato inicialmente celebrado entre a Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde, e a nossa empresa, solicitar o reajuste de preço para o item nº **293, ROSUVASTATINA 20 COMPRIMIDO**, o que faz da forma que passa a expor:

- I. O item supracitado, cotado na marca/laboratório ALTHAIA teve um aumento significativo em seu custo de aquisição, tornando onerosa a continuidade da execução do contrato nas condições inicialmente firmadas, justificando assim o presente requerimento.
- II. Objetivando a solução desta situação, a empresa gostaria de solicitar o realinhamento do preço contratado, com base nos termos do Artigo 65, inciso III, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93. Comprovando a variação dos custos do produto através das notas fiscais de aquisição do mesmo, dos períodos em que antecedem e que foi realizada a licitação, e do atual momento.
- III. Tabela de custos:

NF INICIAIS	NF ATUAL	CUSTO INICIAL	CUSTO ATUAL	PREÇO REALINHADO
835.953	485.590	R\$ 0,21	R\$ 0,37	R\$ 0,455

- IV. Assim, comprovada a ocorrência do aumento do custo, buscando restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro pactuado inicialmente entre os custos do produto e a justa remuneração para o fornecimento dele, o valor do reajuste solicitado para o item é o acima citado, levando em consideração todas as demais custas inclusas para a entrega do produto, conforme exigido no edital supracitado.
- V. Caso não seja possível atender ao solicitado neste ofício, gostaríamos de solicitar a nossa desistência no referido item, passando ao próximo colocado, uma vez que a manutenção do item no valor atual gera grande prejuízo a

2.403
ag

nossa empresa. A empresa pede consideração quanto a este pedido, uma vez que tal fato decorreu de evento totalmente alheio a nossa vontade, aplicando assim os permissivos legais e cabíveis.

Novamente deixamos aqui nosso pedido de desculpas pelo empecilho e ficamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente.


F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Ricardo Caldart
Representante Legal
RG 9.071.350 7 SSP PR

28.093.678/0001-85
F&F DIST. DE MEDICAMENTOS
LTDA
Rua Genuino Piacentini, 59
Santa Terezinha
85506-220 Pato Branco PR

NF-e

Nº:
000.835.953
Série 001

RECEBEMOS DE PHARMA LOG PROD FARM EIRELI OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO. EMISSÃO: 19/08/2021 VALOR TOTAL: R\$ 86.966,49 DESTINATÁRIO: F.F. DISTRIB. DE MEDIC. LTDA ME - RUA PEDRO SOARES, 299 CENTRO PATO BRANCO-PR

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

PHARMA LOG PROD FARM EIRELI

AVENIDA MARINGÁ, 3592
VILA PERNETA - 83326-010
PINHAIS - PR Fone/Fax: 4130728000

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal
Eletrônica0 - ENTRADA
1 - SAÍDANº. 000.835.953
Série 001
Folha 1/1

CHAVE DE ACESSO

4121 0813 4851 3000 0103 5500 1000 8359 5316 2998 7362

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDAS MERC. SEM SUBST. TRIB.

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9063904772

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

9083701711

CNPJ

13.485.130/0001-03

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

F.F. DISTRIB. DE MEDIC. LTDA ME

ENDEREÇO

RUA PEDRO SOARES, 299

MUNICÍPIO

PATO BRANCO

CNPJ / CPF

28.093.678/0001-85

BAIRRO - DISTRITO

CENTRO

UF

PR

FONE / FAX

CEP

85504-317

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9075853448

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

21:49:18

DATA DA EMISSÃO

19/08/2021

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

19/08/2021

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

21:49:18

CNPJ / CPF

28.093.678/0001-85

CEP

85504-317

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9075853448

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

21:49:18

DATA DA EMISSÃO

19/08/2021

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

19/08/2021

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

21:49:18

CNPJ / CPF

28.093.678/0001-85

CEP

85504-317

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9075853448

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

21:49:18

DATA DA EMISSÃO

19/08/2021

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

19/08/2021

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

21:49:18

CNPJ / CPF

28.093.678/0001-85

CEP

85504-317

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9075853448

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

21:49:18

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

SAO GABRIEL TRANSPORTES PR

ENDEREÇO

R.OD BR. CENTO E DEZESESSEIS

QUANTIDADE

370

Caixa

MARCA

LETE

208A 4090950

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

631,400

9075302808

15.488.297/0012-06

631,400

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO

ROSLUVASTATINA 10MG 300 CPR - GEN ATH

Desca 96,04 Desc 0,00 % Repasse 6,82 - LPOSITIVO Lote:

21070245 Quant: 19950.000 Fab: 15/07/2021 Val: 15/07/2023

ROSLUVASTATINA 20MG 300 CPR - GEN ATH

Desca 94,26 Desc 0,00 % Repasse 6,82 - LPOSITIVO Lote:

21070162 Quant: 3010.000 Fab: 30/06/2021 Val: 30/06/2023

21070161 Quant: 2940.000 Fab: 30/06/2021 Val: 30/06/2023

NCM/SH

30049069

051

5102

CX

5.950.00000

VALOR UNIT

117.7600

700.672,00

VALOR TOTAL

663.196,33

37.478,88

VALOR ICMS

4.497,69

18,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI

0,00

0,00

VALOR ICMSS

0,00

0,00

VALOR IPI



CIENSP

Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo
CNPJ 07.309.266/0001-60

Andradina, 28 de abril de 2022.

Prezados(as) Senhores(as) Secretários(as),

Vimos por intermédio deste informar que, em relação à Ata de Registro de Preços n.º 12/2022 (Pregão n.º 11/2021 - Processo Licitatório n.º 22/2021), o preço do item abaixo relacionado foi alterado, em favor da empresa:

NOVA MEDICAMENTOS LTDA

1101 – PREGABALINA 75 MG

CÁLCULO DE REVISÃO DE PREÇO			
Preço Anterior	R\$	0,260	
Preço Autorizado	R\$	0,385	

Esperando contar com a costumeira e imprescindível colaboração, antecipamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


ROSIMEIRE FRANCÉ VITAL
Secretária Executiva

3.497
ag

MEMORANDO INTERNO N º 73/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ARP Nº 42/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ARP Nº 42/2022, às fls. 3.489/3.496, sobre o pedido de reequilíbrio financeiro do item **293 – ROSUVASTATINA CALCICA 20 MG.**

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 31 de maio de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

31/05/2022

ASS: Elton Rodrigo de Castro Garça

Elton Rodrigo de Castro Garça.
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CUMULADO COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 293 – ROSUVASTINA CALCICA 20MG

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **item nº 293 – ROSUVASTINA CALCICA 20MG**, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item supra descrito, cuja licitante que se sagrou vencedora foi a empresa **F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 01/2022**, com solicitação juntada às **fls. 3489/3496**, sob a justificativa de que: "o item supracitado, cotado na marca/laboratório ALTHAIA teve um aumento significativo em seu custo de aquisição, tornando onerosa a continuidade da execução do contrato nas condições inicialmente firmadas, justificando assim o presente requerimento".

Pretensão, referente ao **item 293**, é de que o preço pago pela Administração seja de R\$ 0,455, pois o custo de aquisição do item pela requerente era de R\$ 0,21 e passou a ser R\$ 0,37.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado ou do cancelamento do referido item, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.



ANÁLISE JURÍDICA

A empresa **F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do **item nº 293 – ROSUVASTINA CALCICA 20MG**, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do referido item, que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um aumento dos preços do item em tela sendo necessária a recomposição ou cancelamento deste para a manutenção da empresa.

Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às **fls. 3489/3496**.

Fundamenta a sua exordial com o argumento de que ocorreu um aumento de preço do item em tela sendo necessário, portanto, a sua recomposição, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *“o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular”*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *“quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou*



determina". Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a



desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de até 01 (um) ano de validade do certame. Assim variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorram, devendo estes serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado.

Deste modo, variações no preço dos itens, é esperado que ocorram. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o



reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÀRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ,

B
d



1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilho, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Conforme as notas fiscais apresentadas, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Conforme novel decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o

princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

Em outro julgado, o Tribunal de Contas aduz da seguinte forma:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai



3520
8

repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes". (TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:

Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado. Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

Blle
g



Acórdão: 2795/2013 – Plenário

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993.
Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato.
Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço, e não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado “aumento de preço”, uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que estas não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um



contrato pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas, sendo insuficiente para justificar a revisão de preços.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo desacerto inescusável da licitante, visto que a obrigação de calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Ato Contínuo, passa-se à análise do pedido subsidiário de desistência/cancelamento, sob o argumento da requerente de que "a manutenção do item no valor atual gera grandes prejuízos a nossa empresa. A empresa pede consideração quanto a este pedido, uma vez que tal fato decorreu de evento totalmente alheio a nossa vontade, aplicado assim os permissivos legais e cabíveis".

Tem como fulcro de sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

Como acima mencionado, o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.



Da mesma forma que no reequilíbrio econômico-financeiro, aplica-se ao pedido de cancelamento a teoria da imprevisão, de modo que o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional, caso haja comprovação da ocorrência de: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Ademais, há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está "enriquecendo sem causa", pois se trata de um instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até



10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial

Blu
g

Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

3525
8

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa supra referida sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

54
f



CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Da mesma forma, pelo indeferimento do pedido subsidiário de cancelamento do item, sob pena de aplicação das referidas sanções, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 01 de junho de 2022.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 77/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro/Cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ARP nº 42/2022

Após pedido de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento de item às fls. 3.489/3.497 sobre o item nº 293 – ROSUVASTATINA CALCICA 20 MG, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 3.513/3.525, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 09 de junho de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

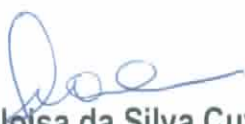
Interessado: F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ARP nº 42/2022

Trata-se, em síntese, às fls. 3.489/3.497, solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 293 – ROSUVASTATINA CALCICA 20 MG, registrado na Ata de Registro de Preços nº 42/2022, alegando, em síntese, o aumento de preço do fármaco no período de vigência da Ata.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 3.513/3.525, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ nº 28.093.678/0001-85, ARP Nº 42/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 09 de junho de 2022



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento de Item. ARP nº 42/2022. Pregão Eletrônico nº 01/2022. Interessada: **F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** – CNPJ nº 28.093.678/0001-85, ARP Nº 42/2022. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento do medicamento item nº 293 – ROSUVASTATINA CALCICA 20 MG, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 09 de junho de 2022.

